
EDUCAÇÃO E EMANCIPAÇÃO: LIMITES E POSSIBILIDADES

EDUCATION AND EMANCIPATION: LIMITS AND POSSIBILITIES

LA EDUCACIÓN Y LA EMANCIPACIÓN: LÍMITES Y POSIBILIDADES

Anita Helena Schlesener¹

Resumo: O objetivo desse trabalho é analisar aspectos das teorias de Marx, Lukács e Gramsci, para examinar a concepção de alienação/reificação e salientar a dimensão política da educação. A escola é uma das instituições de formação da consciência, com perspectivas de formação crítica. O presente artigo examina os limites do sistema escolar na função de possibilitar as condições de emancipação no contexto estrutural da sociedade capitalista.

Palavras-chave: política; educação; alienação/emancipação.

Abstract: The aim of this work is analyse aspects of theories of Marx, Lukács and Gramsci to examine the conceptions of alienation/reification to point out the political dimension of education. The school is one of the institutions of formation of conscience, with prospects of a critical formation. This article examines the limits of the school system in the function of providing conditions for emancipation in the structural context of capitalist society.

Key-words: political; education; alienation/emancipation.

Resumen: El objetivo de este trabajo es analizar los aspectos de las teorías de Marx, Lukács y Gramsci, para examinar el concepto de alienación/reificación y poner de relieve la dimensión política de la educación. La escuela es una de las instituciones de formación de la conciencia, con perspectivas de formación crítica. Este artículo examina los límites del sistema escolar en la función de permitir las condiciones de la emancipación en el contexto estructural de la sociedad capitalista.

Palabras clave: política; educación; alienación/emancipación.

Introdução

Como abordar o tema Educação e Emancipação, no momento de uma grave crise econômica e política mundial e de um avanço sistematizado do conservadorismo neoliberal e pós-moderno? Na atual fase do capitalismo e do processo de alienação como instrumento de preservação do próprio sistema existe ainda a possibilidade de sonhar com um novo projeto social emancipador? Quais as tensões a enfrentar e os limites a superar? De que modo a educação pode ser importante na formação de uma consciência crítica? Estas são questões que tentaremos abordar e que, certamente, ficarão em aberto pela extensão e complexidade do tema.

Viver nos exige insistir na compreensão do movimento do real enquanto estrutura na qual se confrontam e se consolidam as relações de poder. Para entender as múltiplas relações e determinações que compõem a atual situação política e delimitar as possibilidades de pensar a temática proposta, partimos da

reflexão sobre o seu contrário, ou seja, as características básicas da alienação e suas novas dimensões a partir dos elementos neoliberais e pós-modernos.

A crise que atravessa o capitalismo globalizado tem sido analisada em seus aspectos fundamentais por intelectuais de várias áreas de pesquisa, todos concordando que esta é uma crise sem precedentes na história desse modo de produção, tanto por não ser uma crise de produção quanto por penalizar e agravar a situação de miséria de grandes parcelas da população mundial. Abordada pelos políticos e economistas de plantão como uma crise econômica, na verdade a crise tem dimensões mais amplas principalmente no desgaste e na deterioração das relações políticas que transparecem nas manifestações de grandes massas em várias partes do mundo e, de forma menos explícita, no esmaecimento dos valores morais, na desagregação das famílias e na eclosão da violência nas escolas, colocando em questão os princípios que regem a sociedade capitalista.

Partir da delimitação da alienação para explicitar as possibilidades de uma educação renovadora e emancipadora supõe entender que na sociedade capitalista as relações de poder se constroem como dominação econômica que se consolida, se sustenta e se reproduz por meio da ideologia como prática de poder. A senda a ser seguida visa a explicitar o funcionamento do fetichismo da mercadoria e as novas proporções que esse mecanismo assume na dinâmica da própria crise. Trata-se de um problema que inicialmente se estrutura nos escritos de Karl Marx e se organiza no debate posterior, que tem como marco importante o livro *História e Consciência de Classe* (1923) de Georg Lukács, para se tornar um dos temas de Walter Benjamin e Adorno e Horkheimer.

Sem pretender a mediação entre as diversas abordagens, o que apresentamos aqui são alguns apontamentos em torno de um tema cuja complexidade exigiria um espaço mais amplo que o de um artigo. Trata-se de mostrar como o mesmo princípio que rege a estrutura do modo de produção capitalista na divisão do trabalho e na produção de mercadorias, aplica-se à formação da consciência e à estrutura do pensamento cuja base teórico-metodológica se explicita nas formas de objetividade (pensamento científico) e de subjetividade (senso comum) modernas. Para tanto, retomamos alguns aspectos da pensamento de Marx a fim de salientar a relação entre econômico, político e ideológico enquanto movimento que se constrói como relação objetividade-subjetividade; em seguida, alguns aspectos de como essa questão é retomada por Lukács em *História e consciência de classe* e notas sobre a leitura do taylorismo/fordismo em Gramsci e Lukács, a fim de colocar algumas questões abertas sobre o tema em debate.

Notas sobre modo de produção e trabalho alienado/estranhado em Marx

Como se sabe, as primeiras formulações de Marx sobre o trabalho alienado/estranhado aparecem em *Manuscritos Econômico-filosóficos*, para tomarem sua forma mais completa no primeiro livro de *O Capital*, na análise do modo como se organizam as relações de trabalho e se produzem os valores (de uso e de troca) no contexto do modo de produção capitalista. A mercadoria, que à primeira vista “parece ser coisa trivial”, traz em si um mistério, “algo ao mesmo tempo perceptível e impalpável”, que provém de

sua própria forma ou da forma geral do valor que quantifica as mercadorias e as pressupõe como iguais, a partir de uma série de abstrações necessárias para concretizar as relações de troca (MARX, 1980, p.79-80). Esse processo se caracteriza pelo ocultamento dos elementos sociais do trabalho e por uma inversão de perspectiva, que faz com que a “igualdade dos trabalhos humanos fique disfarçada sob a forma da igualdade dos produtos do trabalho como valores”; segue-se que a “medida, por meio da duração, do dispêndio da força humana de trabalho toma a forma de quantidade de valor dos produtos do trabalho”; nesse movimento, “as relações entre os produtores, nas quais se afirma o caráter social dos seus trabalhos, assumem a forma de relação social entre os produtos do trabalho” (MARX, 1980, p. 80).

Essa inversão se constitui, na aparência imediata dos sujeitos, na separação entre conteúdo e forma, qualidade e quantidade, sujeito e objeto: a “condição de ter valor só se fixa nos produtos do trabalho quando eles se determinam como quantidades de valor. Estas variam sempre, independentes da vontade, da previsão e dos atos dos envolvidos na troca”, que passam a perceber a atividade social como uma “atividade das coisas sob cujo controle se encontram, ao invés de as controlarem” (MARX, 1980, p. 83).

Ao desvendar o mistério da mercadoria e o seu caráter de fetiche, Marx explicita o funcionamento do modo de produção capitalista no qual a estrutura econômica oculta as relações sociais e ideológicas que a sustentam, ou seja, a vinculação interna entre o econômico, o social e o ideológico, expresso na inversão do imaginário no qual “uma relação social definida, estabelecida entre os homens, assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas” (MARX, 1980, p. 81). Tem-se aí as bases para a formulação da alienação ou do estranhamento que Ricardo Antunes (2009, p. 27-8) conseguiu resumir em quatro movimentos: 1) “o estranhamento expressa a dimensão de negatividade sempre presente do processo de produção capitalista, onde o produto do trabalho não pertence ao seu criador”; 2) o trabalho “que não se reconhece no produto de seu trabalho, e que dele não se apropria, é um trabalho que não se reconhece no próprio processo laborativo em que ele se realiza”; 3) “o indivíduo, o ser que trabalha, não se reconhece enquanto uma individualidade nesse ato produtivo central da sua vida”; 4) quem não se reconhece como indivíduo, não se vê como parte constitutiva do gênero humano”.

Esse fenômeno estrutural se consolida quando o homem passa a entender seu próprio trabalho como algo independente, objetivo, parte do mundo das coisas, força de trabalho submetida a leis externas e que lhe são estranhas. Na base desse processo, encontramos a lógica da abstração que regulamenta as relações de trabalho e permite o ocultamento do caráter social do trabalho (e da extração da mais-valia); no cotidiano dos indivíduos prevalece a visão fragmentada da realidade, cindida em qualidade-quantidade e sustentada por uma racionalidade formal difusa.

O que cabe acentuar é o modo como se articulam econômico, social, político e ideológico nos escritos de Marx que, ao contrário do que muitas vezes se afirmou, salientou a interrelação das múltiplas determinações produzidas no movimento da história acentuando o modo como estas instâncias se determinam reciprocamente. Assim, o modo de produção não se restringe mecanicamente ao sistema econômico, mas se traduz no conjunto de relações que caracterizam o movimento de produção e

reprodução da vida por meio do trabalho com expressão no modo de pensar e na cultura de uma época. A mesma lógica que estrutura as relações econômicas permeia o conjunto das demais instâncias da vida social e política, sedimentando-se no senso comum enquanto um conhecimento “objetivo” (universal e indiscutível). Essa realidade foi explicitada por Lukács em 1923 a propósito das implicações da burocracia na “adaptação do modo de vida e de trabalho”, assim como “da consciência aos pressupostos econômicos e sociais gerais da economia capitalista” (LUKÁCS, 1974, p. 113). Lukács explicita as dimensões que toma o fetichismo da mercadoria no contexto de uma realidade regida pelas leis racionais e formais da ciência e da burocracia.

Notas sobre a racionalização da vida moderna a partir de Lukács

Em *História e Consciência de Classe* (1923) Georg Lukács (1974) acentua que a existência do fetichismo é própria e específica da sociedade capitalista traduzindo-se em formas específicas de objetividade que se dimensionam na formação dos sujeitos. Lukács contesta a teoria weberiana de defesa da racionalização da vida moderna na estrutura da ciência e da burocracia e acentua a interdependência entre econômico, político e cultural explicitando que “nas mais diversas épocas e sob as mais diversas formas” houve “um sistema formal que, na sua coesão, se orientava no sentido dos fenômenos”, naquilo que estes apresentavam de “apreensível, produtivo e, portanto, dominável, previsível e calculável pelo entendimento”. Tais sistemas, porém, se configuraram como parciais porque não conseguiam abranger todas as questões da existência humana deixando uma margem de irracionalidade. O racionalismo moderno apresenta características específicas, quais sejam, a reivindicação de “ter descoberto o princípio de conexão entre todos os fenômenos que se opõe à vida do homem na natureza e na sociedade” (Lukács, 1974, p. 129).

E esse princípio se constitui pela possibilidade de redução ao cálculo, ou seja, de quantificação da força de trabalho visando a determinados resultados. Os “métodos das matemáticas e da geometria, o método da construção, da criação do objeto a partir das condições formais de uma objetividade em geral”, se tornam, no curso do tempo, a medida do “conhecimento do mundo como totalidade” (Lukács, 1974, p. 127). Uma totalidade ilusória, porque a “verdadeira estrutura da sociedade aparece antes nos conjuntos parciais, independentes, racionalizados, formais, de leis que só formalmente estão associados” (Lukács, 1974, p. 116).

Lukács retoma e aprofunda as análises de Marx e acrescenta que a racionalização formal se estende tanto à organização do trabalho na indústria quanto à estrutura do Direito, do Estado e da Administração em geral, o que implica a extensão das leis racionais e formais a todos os modos de relação social, as quais são decompostas em seus elementos, fragmentadas em sistemas parciais separados uns dos outros, com sérias repercussões na formação da consciência e da subjetividade (LUKÁCS, 1974, p. 113).

Por um lado, do ponto de vista objetivo, temos uma forma de tratar as questões que se torna cada vez mais acentuadamente, *formalmente* racional; um desprezo cada vez maior pela essência qualitativa das ‘coisas’, aspectos aos quais se relaciona o procedimento burocrático de que são alvo. Temos, por outro lado, na divisão do trabalho, uma

intensificação ainda mais monstruosa da especialização unilateral, violadora da essência humana do homem” (LUKÁCS, 1974, p. 113-114, grifo do autor).

Esse processo de objetivação burocrática da realidade econômica, social e política exige uma submissão total que se traduz em uma determinada formação da consciência e da subjetividade. Uma formação que não atinge apenas os trabalhadores, mas se estende de forma unitária ao conjunto da sociedade (LUKÁCS, 1974, p. 114). É como dizer que todos, exploradores e explorados, estão submetidos a essa estrutura formalmente unitária, a essa “racionalização do mundo, que é aparentemente total e penetra até o mais fundo do ser físico e psíquico do homem”. No entanto, trata-se de uma estrutura “limitada pelo caráter formal da sua própria racionalidade”, ou seja, existem possibilidades de crítica precisamente pelas limitações que caracterizam o formal e objetivo (LUKÁCS, 1974, p. 115).

Lukács (1974) acentua as contradições desse processo de racionalização que rege tanto as relações de trabalho e o processo de produção quanto o pensamento científico, que dá sustentação ao modo de produção capitalista: ao tentar superar definitivamente os condicionamentos irracionais essa razão quantitativa produz, com a mesma força, um conformismo às leis e à objetividade que se assemelha às antigas forças irracionais não controladas, traduzindo-se em uma nova irracionalidade². “A especialização das qualificações faz desaparecer toda e qualquer imagem da totalidade.” A ciência, que trabalha no âmbito da imediatidade, destruiu “à força da especulação”, o sentido da totalidade. (LUKÁCS, 1974, p. 119).

As breves colocações acima referem-se ao contexto histórico de implementação do taylorismo/fordismo e revelam a perspicácia de um autor que, a partir da visão de totalidade como pressuposto teórico-metodológico, conseguiu explicitar a dimensão da racionalização do mundo naquele momento histórico e seus desdobramentos na formação da consciência reificada extensiva a toda a sociedade.

Retomando as colocações de Lukács, a exacerbação do fetichismo da mercadoria e do processo de objetivação como “forma objetiva da sociedade burguesa” trazem implícitas as condições de sua superação, a partir tanto da compreensão da dialética hegeliana³ quanto do ponto de vista do proletariado organizado, capaz de apreender o todo em seu movimento e suas contradições: a) suprimindo a imediatidade das relações coisificadas; b) compreendendo que tais relações não são simples movimento do pensamento, mas reais, ou seja, “formas de vida da sociedade”; c) pensando e tornando consciente o movimento imanente dessas formas, que caracteriza a praxis; d) empenhando-se na ação política transformadora (LUKÁCS, 1974, p. 197-198). O portador desta ação emancipadora, para Lukács assim como para Marx, era ainda o proletariado, embora em novas condições de organização do trabalho e de luta de classes.

Notas sobre a leitura do taylorismo/fordismo em Gramsci e Lukács

Antonio Gramsci, quase no mesmo período e na solidão do cárcere aborda o mesmo tema, acentuando as características do taylorismo/fordismo enquanto um processo de racionalização do

trabalho com a inserção de novas tecnologias que gerou a necessidade de formação de um novo homem adaptado física e psicologicamente a essa nova estrutura de trabalho. Essa formação da nova classe trabalhadora combinou habilmente a força, por meio de mudanças estruturais no sindicalismo, com a persuasão por meio do incentivo salarial, benefícios sociais e reforço ético e moral com apoio da religião. Ao salientar a relação entre força e consenso Gramsci aponta para a construção da hegemonia como um movimento que tem raízes no modo de produção e que exige a transformação da vida e do modo de pensar de toda a sociedade: se taylorismo/fordismo definem a implementação da organização racional do processo produtivo, o americanismo se apresenta como a ideologia difusa e totalizadora da racionalização no contexto social (GRAMSCI, 1978, Caderno 22)⁴.

Gramsci procurou mostrar como a racionalização do processo produtivo, acompanhada das transformações tecnológicas e organizativas, exige um dispêndio específico da força de trabalho que, por seu lado, traduz-se em uma forma específica de uso da capacidade intelectual do trabalhador, preparada a partir da formação da consciência social. Esse tipo de formação pode ser, do ponto de vista do autor, uma faca de dois gumes: assim como a criança aprende a andar no momento em que mecaniza o gesto e esquece os pezinhos, a automação do gesto na fábrica pode liberar o pensamento do trabalhador, com uma senda para a crítica.

Tanto a partir de Lukács quanto de Gramsci, as possibilidades de emancipação se colocam a partir da compreensão do movimento do real em suas contradições: para Lukács, a partir da crescente divisão do trabalho concomitante com a racionalização técnica e científica, que se desdobra na fragmentação do saber em especializações voltadas a uma leitura quantitativa do real, torna-se difícil manter uma compreensão do todo em seu conjunto de relações. Para Gramsci, a racionalização do processo de trabalho nos moldes do taylorismo/fordismo pode abrir perspectivas de organização proletária também como compreensão do conjunto de relações e suas possibilidades de luta política.

Manter as perspectivas críticas a partir da compreensão de totalidade significa, para Lukács, retornar ao pensamento de Marx e explicitar as novas condições em que se produz o fetichismo da mercadoria. Gramsci, por sua vez, acentua a necessidade de explicitar e criticar as duas formas de revisionismo do pensamento de Marx, tanto na vertente idealista (kantiana) quanto no contexto do mecanicismo determinista próprio de leituras que mesclam marxismo e positivismo. Nesse caminho, a ideologia se apresenta como prática de poder, exercido no contexto das relações de hegemonia.

Lukács e Gramsci, de perspectivas diferentes, mostraram as dimensões da alienação (reificação) a partir do novo sistema organizativo do trabalho implementado pelo taylorismo/fordismo (ou fordismo/americanismo), que se desenvolveu ao longo do século XX. Tal alienação se caracteriza pelo modo como a racionalização se estende a toda a vida individual e coletiva, alterando as formas de consciência ou a concepção de mundo. Lukács explicitou como a totalidade unificadora do capital se traduz em formas fragmentadas de pensamento e de ação, na forma da ciência positiva; Gramsci acentuou a articulação da organização da produção com ideologia e seus desdobramentos na consolidação da hegemonia.

No período histórico que estamos vivendo o trabalho tomou novas características por meio das quais a alienação, na forma de apropriação da subjetividade do trabalhador tomou dimensões inusitadas, como bem explicitaram Ricardo Antunes e Giovani Alves (2004, p. 345): a racionalização do trabalho no toyotismo assume novas formas constituindo-se num processo que exige a “*captura integral da subjetividade operária*” (recorrendo a novos mecanismos como a parceria com o trabalho assalariado). Na base desse processo de captura da subjetividade do trabalhador para fins de ampliação da capacidade de acumulação, a estrutura unitária da racionalização do trabalho e da vida de toda a sociedade.

Ora, para Roberto Finelli (2003, p. 101), “esta conversão do capital em totalidade é o que define a substância do pós-moderno” que, desse modo, não seria um novo período histórico, mas a continuidade e a realização do contido no moderno. Para Finelli, o pós-moderno é o modo de ser de uma situação na qual se concretiza a “subsunção do real de toda a sociedade ao capital”, com uma “fortíssima intensificação do fetichismo” que se expressa no modo de pensar e na difusão do consenso (FINELLI, 2003, p. 103). Apresenta-se como o momento no qual se concretiza a “conversão do capital em totalidade” (FINELLI, 2003, p. 101) ou a explicitação da verdadeira natureza do capital como “algo perceptível e impalpável” como já acentuava Marx (MARX, 1980, p. 79-80). Portanto, ao contrário do que pretendem as teorias pós-modernas, não teríamos uma ruptura com a modernidade, mas a sua concretização na forma de uma ampliação desmesurada do fetichismo da mercadoria alcançando todas as dimensões da vida social, política e ideológica.

Como pressuposto, o desenvolvimento mundial do capitalismo sustentado pelas últimas conquistas científicas e tecnológicas, com a concentração da riqueza e aprofundamento das desigualdades sociais; em linhas gerais, na leitura de Finelli (2003, p. 102), a característica essencial do pós-moderno se concretiza em “dois movimentos estruturais, assim definíveis: o esvaziamento do concreto pelo abstrato” e a conseqüente invisibilidade do capital, pelo “efeito simulacro ou intensificação histórica da superfície”, sustentado por seu caráter abstrato e quantitativo. Poderíamos retomar aqui a inversão identificada por Lukács na totalidade que tudo articula e, ao mesmo tempo, inverte na consciência, regida pelo imediato que aparece como fragmentado e aleatório. A partir dessas colocações, podemos dizer que a “captura da subjetividade” identificada por Antunes e Alves (2004) não se restringe mais ao trabalhador no sistema de trabalho toyotista, mas se estende a todos os indivíduos independentemente da função que exercem na sociedade e essa “captura” se concretiza por meio da ideologia como prática de poder, difundida principalmente pelos meios de comunicação de massa.

Ora, entender essa realidade implica em não perder a dimensão do todo, sob pena de perder toda a capacidade de um pensamento crítico. A questão que colocamos é de que modo essa realidade é pressuposta pelos discursos emancipatórios que alimentam algumas práticas pedagógicas e as tentativas de renovar o ensino escolar. Não pretendemos aprofundar aqui a questão do ensino universitário, cuja fragmentação se deve tanto ao processo de especialização ligado ao desenvolvimento das ciências e das tecnologias quanto às mudanças estruturais do ensino superior verificadas a partir da década de 60.

Voltamo-nos à escola pública de ensino básico (fundamental e médio) e às tentativas de restabelecer os níveis de qualidade que se perderam ao longo das últimas décadas.

Notas sobre a educação e as condições de emancipação

Partimos de três pontos fundamentais: a) a educação realiza-se na vida e a escola é apenas uma de suas instâncias; b) a escola existe para cumprir os objetivos colocados pela estrutura social (formar para o trabalho); c) a escola, no Brasil, a partir de nossas circunstâncias históricas, é permeada pelas contradições que perpassam o social e vive internamente outras contradições: por exemplo, propõe-se um trabalho crítico, dentro dos limites de seu funcionamento, mas na prática pedagógica assume pressupostos que inviabilizam a crítica, como teorias pós-modernas.

A partir desse contexto, quais as condições sociais e políticas para concretizar o ideal emancipatório que se propõe como objetivo? Podemos observar quanto aos pontos acima levantados:

a) A educação realiza-se ao longo da vida enquanto um processo de conhecimento de si e do mundo por meio do qual construímos a nossa identidade e nos inserimos no movimento da vida social e política. Na sociedade capitalista o indivíduo adapta-se às necessidades e exigências do modo de produção, que orientam tanto a inserção no mercado de trabalho quanto o sentido da vida de cada indivíduo. A educação formal em geral visa a responder as exigências materiais e simbólicas necessárias para a manutenção do processo de dominação do capital, de acordo com padrões determinados de ensino e aprendizagem, sempre renovados e ampliados (EaD) para responder às necessidades da produção e não do relacionamento e da realização dos indivíduos. O tempo de vida, que supera o tempo de trabalho, num contexto no qual se perdem os elos comunitários e familiares, passa a ser um tempo sem sentido. Uma sociedade que se sustenta numa ideia geral de progresso que se mostra ilusória para a maioria a qual, voltada para as necessidades do trabalho, tem dificuldade em compreender o conjunto das relações sociais das quais são a síntese.

b) A escola, enquanto instituição voltada para a formação para o trabalho, recebe ainda a função de possibilitar as condições de emancipação a partir da formação de um pensamento autônomo. Para tanto, precisa identificar as possibilidades de compreensão do todo e as contradições que permeiam a realidade social e política. Não se pressupõe aqui o sonho de uma sociedade emancipada e organizada em torno de interesses coletivos, mas se entende que a escola tem a função de formar para o trabalho numa sociedade marcada pela divisão social, limite no qual atua a escola pública. Explicitar as contradições e as correlações de forças que permeiam o social se apresenta como o grande desafio, que exigem a inserção de novos métodos de ensino e de formação continuada dos docentes, a fim de criar as condições de uma formação integral. Formar novas subjetividades capazes de reconhecer suas raízes sociais e culturais a fim de compreender a sua inserção no mundo, esse poderia ser o objetivo primordial da escola pública.

Renovar a escola por dentro, questionando currículos, métodos de ensino, fragmentação do conhecimento, objetivos das políticas públicas que retratam projetos de governo e não projetos de sociedade, seria a tarefa inicial no Brasil, a fim de recuperar inicialmente as condições de qualidade do

ensino ministrado. Esta é uma tarefa que em algum momento precisa ser enfrentada tendo como pressuposto a compreensão do todo para manter as possibilidades de uma crítica.

Para concluir, educação e emancipação são conceitos que, no contexto do materialismo histórico, deveriam ser análogos ou vinculados em relação de semelhança e completude: a educação deveria ser sempre emancipadora. Mas tal só é possível em uma sociedade com fundamentos diversos dos que sustentam a sociedade capitalista. Tanto no seu sentido abrangente quanto no contexto formal da escola, a educação se apresenta como a medida da liberdade, da formação da personalidade, da possibilidade de realização plena das capacidades individuais e coletivas.

Se para Gramsci a questão pedagógica é eminentemente política e questionar-se sobre a educação, no fundo, significa refletir sobre as formas de ser humano, a partir de Lukács poderíamos dizer que o processo de educação implicaria identificar as dimensões da reificação a fim de perceber a sociedade em sua totalidade. É o que se pode inferir de suas palavras em relação à sociedade de 1923:

Porque, se a sociedade atual não puder, de modo nenhum, ser percebida na sua totalidade a partir de uma situação de classe determinada, se a própria reflexão consequente, levada até ao extremo e incidindo sobre os interesses de classe, reflexão essa que se pode atribuir a uma classe, não disser respeito à totalidade da sociedade, então essa classe não poderá desempenhar mais do que um papel subalterno [...] (LUKÁCS, 1974, p. 66).

Da perspectiva de Lukács, pensar na relação entre educação e emancipação significaria começar basicamente pela crítica da ciência, completamente reificada. Uma crítica a ser estendida ao contexto social e político, visto que o conhecimento positivo, completamente envolvido na reprodução do sistema, não tem condições de fazer a crítica à sociedade capitalista.

A grande tarefa das instituições educativas em geral consiste precisamente em buscar a compreensão do todo e, a partir dela, criar as condições de um pensamento crítico para as novas gerações que, assim, poderiam se tornar as portadoras de uma ação emancipadora. Nas condições vividas nesse início de século se trata, realmente, de uma tarefa de Sísifo.

Referências:

ANTUNES, R. Da pragmática da especialização fragmentada à pragmática da liofilização flexibilizada: as formas da educação no modo de produção capitalista. *Germinal: marxismo e educação em debate*, v. 1, n. 1, p. 25-33, jun. 2009.

ANTUNES, R.; ALVES, G. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 25, n. 87, p. 335-351, 2004.

FELISMINO, S. C. Radicação Ontológica do Pensamento: a distinção entre Marx e Weber. In: MENEZES, A. M. D. et. al. *Trabalho, Educação, Estado e a Crítica Marxista*. Fortaleza: Ed. UFC, 2011.

FINELLI, R. O “pós-moderno”: verdade do “moderno”. In: COUTINHO, C. N.; TEIXEIRA, A. de P. *Ler Gramsci, entender a realidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 99-112.

FRIGOTTO, G. Educação básica no Brasil na década de 1990: subordinação ativa e consentida a lógica do mercado. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 24, n. 82, p. 93-130, 2003.

GRAMSCI, A. *Quaderni del Carcere*. Torino: Einaudi, 1978.

LUKÁCS, G. *História e Consciência de Classe*. Porto: Escorpião, 1974.

MARX, K. *O Capital* (Livro 1). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

NOBRE, M. *Lukács e os limites da reificação: um estudo sobre História e consciência de Classe*. São Paulo: Ed. 34, 2001.

SCHLESENER, A. H. *A escola de Leonardo: política e educação nos escritos de Gramsci*. Brasília: Liber Livro, 2009.

Notas:

¹ Doutora em História pela Universidade Federal do Paraná e docente da Universidade Tuiuti do Paraná. E-mail: anita.helena@libero.it.

² Esse tema é retomado e aprofundado por Walter Benjamin no retorno das forças míticas e, posteriormente, por Horkheimer no conhecido artigo *Teoria tradicional e teoria crítica* (1937) e por Adorno e Horkheimer no famoso escrito a *Dialética do esclarecimento* (1947).

³ Lukács cita o & 18 da Encyclopedie: “A dialética, diz Hegel, é esta superação (Hinausgehen) imanente em que o caráter unilateral e limitado das determinações do entendimento se apresenta como aquilo que é, quer dizer, como sua negação” (1974, p. 197).

⁴ Sem entrar no mérito das semelhanças e diferenças entre o escrito de Lukács e os fragmentos de Gramsci, citamos somente um exemplo: Lukács reconheceu os méritos de Weber como historiador e assimilou algumas de suas categorias e Gramsci identificou aspectos positivos na racionalização americana. O que nos interessa salientar é o modo como ambos retomam e aprofundam intuições que estão implícitas nos textos de Marx, um no sentido de explicitar o fetichismo da mercadoria e a alienação (reificação) e o outro em esclarecer as formas de ideologia como prática de poder.

Recebido em: 04/2013

Publicado em: 10/2013.